

案件編號：386/2022

日期：2023 年 9 月 14 日

重要法律問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤
- 一般經驗法則
- 無罪推定原則/存疑從無原則

摘 要

1. 審查證據方面明顯有錯誤，是指法院在審查證據並認定事實時，明顯有違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則，或違反職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

2. 一般經驗法則為基於日常生活經驗而來的，一種客觀普遍之定則，可為大多數人接受，且絕非主觀或狹隘之個人判斷。

3. 無罪推定原則，作為居民的基本權利，在澳門規定於《澳門特別行政區基本法》第 29 條，按照該條文規定，在有罪裁判轉為確定之前，所有人均應假定無罪。無罪推定原則，作為刑事訴訟的基本原則，在澳門《刑事訴訟法典》第 49 條第 2 款的規定中得以體現，並由此無罪推定原則衍生出證據方面的存疑從無原則。

4. 疑罪從無原則，是指法院在認定事實的審查證據過程中，對所審查的證據所需要證明的事實的真偽存有合理懷疑，在這種情況下，法院

就應該以對嫌犯最有利為依歸，作出有利於嫌犯的事實的決定。

並不是任何對上訴人有利的證據均可構成合理懷疑並因此帶來無罪判決，有關的懷疑必須是法官的，而非上訴人的，是在法官形成心證之前就對相關證據欲證明的事實是否屬實存有的懷疑，這種懷疑必須是合理及無法彌補的。

裁判書製作人

周艷平

澳門特別行政區中級法院 合議庭裁判書

編號：第 386/2022 號（刑事上訴案）

上訴人：A

日期：2023 年 9 月 14 日

一、案情敘述

在初級法院刑事法庭第 CR2-22-0059-PCS 號卷宗內，法院於 2022 年 3 月 29 日作出判決，裁定：

嫌犯 A 被控以直接正犯、既遂的方式觸犯兩項《刑法典》第 175 條第 1 款結合第 178 條、第 129 條第 2 款 h 項所規定及處罰的加重侮辱罪，罪名成立，每項判處 60 日，每日 100 澳門元的罰金，經刑罰競合後，判處合共 90 日罰金，每日 100 澳門元，合共為 9,000 澳門元，如不繳納此罰金，根據《刑法典》第 47 條第 1 款的規定，須服 60 日的徒刑。

判處嫌犯向兩名被害人 B 及 C 各支付非財產損失 3,000 澳門元以及相關的遲延利息，此利息按終審法院第 69/2010 號統一司法見解所定的方法計算。

*

嫌犯 A 不服，向本院提起上訴（上訴理由闡述載於卷宗第 126 頁至第 144 頁），並在其上訴理由闡述中提出其上訴理由。¹

¹ 上訴人提出以下上訴理由（結論部分）：

CONCLUSÕES:

- I. As provas produzidas nos autos não permitem dar por assentes os factos da acusação; consequentemente, não seria possível a condenação.
- II. Da conjugação das declarações e depoimento do arguido, dos ofendidos e das testemunhas, conclui-se que arguido e ofendidos se envolveram numa discussão, mas não se pode concluir que o arguido tenha proferido as expressões insultuosas de que vinha acusado, e muito menos que o arguido agiu com o propósito de ofender funcionários públicos no exercício das suas funções.
- III. As testemunhas não ouviram o arguido proferir nenhum insulto ou palavras ofensivas contra os ofendidos.
- IV. O tribunal *a quo* desmereceu o depoimento de quatro testemunhas, com o argumento de que o seu depoimento está em linha com o de uma outra testemunha. Por achar que esta mentiu - por ter, alegadamente, respondido a uma questão antes de ela estar completamente formulada -, concluiu que todas as outras estavam também a mentir, por os seus depoimentos iam no mesmo sentido do desta testemunha.
- V. O tribunal *a quo* não pode desmerecer o depoimento de quatro testemunhas pelo simples facto de ele ir ao encontro do depoimento de uma testemunha à qual não reconheceu credibilidade, pois tal não corresponde ao exercício da análise e avaliação crítica da prova, que impõe que cada prova seja analisada de *per si*, e também em conjunto com os outros meios de prova.
- VI. Salvo o devido respeito, o tribunal *a quo* alicerçou a sua convicção numa premissa que na realidade não se verificou, pois que a testemunha respondeu à pergunta depois de ela lhe ter sido colocada, e não antes.
- VII. Da transcrição da prova gravada resulta claramente que a testemunha respondeu à pergunta depois de esta estar formulada e colocada, e não antes, como afirma o tribunal *a quo* para fundamentar a sua convicção de que o depoimento das testemunhas não é credível.
- VIII. Ainda que assim não fosse, o facto de alguém responder a uma questão antes de ela estar completada por quem a inquirir não equivale a dizer que a pessoa está a mentir.
- IX. Havendo erro manifesto na formação da convicção pelo tribunal *a quo*, falece o único argumento para duvidar da credibilidade da testemunha, pelo que deve concluir-se que a mesma é credível, e que o seu depoimento deve ser levado em consideração.
- X. O facto de, perante versões contraditórias dos mesmos factos, o juiz chamar apenas as testemunhas de uma das versões, e não todas, advertindo-as das consequências da prestação de falsas declarações, indicia um pré-juízo sobre a prova e sobre a culpabilidade do arguido, e faz incorrer o tribunal *a quo* - certamente que involuntariamente em "viés de confirmação" pois terá uma tendência para valorizar meios de prova que indiquem a culpabilidade do arguido, e desvalorizar os que apontem em sentido contrário.
- XI. O tribunal *a quo* parece ter sobrevalorizado a opinião do agente da PSP, desmerecendo todos os depoimentos que fossem contraditórios com o daquele.

*

駐初級法院刑事法庭的檢察院代表作出答覆，認為上訴人提出的上訴理據不成立（詳見卷宗第 146 頁至第 148 頁背頁）。²

XII. Ao ter decidido como decidiu, o tribunal *a quo* violou a norma dos artigos 114.º do Código do Processo Penal, conjugado com as regras da experiência comum e o princípio da presunção de inocência.

² 檢察院在回覆中提出以下理據（結論部分）：

Conclusão:

1 - Invoca o arguido que a sentença recorrida padece de vício de erro notório na apreciação da prova pela violação do disposto no artigo 114.º do Código de Processo Penal de Macau.

2- Vem o arguido invocar que as provas produzidas nos autos não permitem dar por assentes os factos da acusação; consequentemente, não seria possível a condenação, e dizer ainda que o tribunal a quo desmereceu o depoimento de quatro testemunhas, com o argumento de que o seu depoimento está em linha com o de uma outra testemunha por achar que esta mentiu - por ter, alegadamente, respondido a uma questão antes de ela estar completamente formulada - , concluiu que todas as outras estavam também a mentir, por os seus depoimentos iam no mesmo sentido do desta testemunha.

3 Face à questão ora levantada, entendemos que é de notar que a convicção do Tribunal não tem apenas com base naquilo que o arguido e uma ou algumas testemunhas disse ou disseram na audiência de julgamento, mas também no depoimento prestado pelos ofendidos e pelas testemunhas policiais, bem como nas provas documentais ora existentes no caso.

4 - Facto é que a versão de ocorrência dos factos, dita pelo próprio arguido e pelas testemunhas D, E, F, G, e H enquanto familiares ou vizinhos do arguido, é completamente diferente com a dita pelos ofendidos e pelas testemunhas policiais.

5 - Nestes termos, diz o arguido que os depoimentos das testemunhas D, E, F, G, e H, no seu conjunto, corroboram as declarações do arguido, contudo, julgamos que os respectivos depoimentos corroboram de um modo que já não está conforme com as regras de experiências.

6- Por outro lado, entendemos que aquilo foi dito pelos ofendidos e pelas testemunhas policiais na audiência de julgamento corresponde aos elementos ora existentes nos autos, por exemplo, a testemunha policial com o n.º 23XXX1 depôs na audiência de julgamento que quando ela quase a chegar ao local de ocorrência dos factos, viu com certa distância que os dois ofendidos já levavam cartões de identificação passados pelo Instituto para os Assuntos Municipais, circunstância essa está conforme com o constante de fls. 56 dos presentes autos.

7 - Foi com base nos elementos acima expostos, conjugando com as regras de experiência, entende o Tribunal que o arguido praticou os factos de injúria agravada.

8 - Neste caso, a convicção do Tribunal assentou no resultado da análise de todos os elementos probatórios disponíveis nos autos e produzidos em julgamento, convicção essa que é livre, está consagrado no artigo 114.º do Código de Processo Penal de Macau.

*

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，認為上訴理由不成立，應予以駁回（詳見卷宗第 156 頁至第 157 頁背頁）。

*

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

原審法院經過庭審確認了以下事實：

獲證明屬實的事實：

2021 年 7 月 7 日中午 1 時 13 分左右市政署特級技術輔導員 B（第一被害人）與該署特級技術輔導員 C（第二被害人）巡經位於 XX 街的“1”門外時因發現嫌犯清洗該店對開地面的污水流到公共地方，即上前向嫌犯表明身份並要求嫌犯出示身份證明文件以作出檢控。

嫌犯拒絕向第一、第二被害人出示身份證明文件並因對兩被害人的決定不滿，多次向兩人說出“吊你老母”、“你地都戇柴鳩”的帶侮辱性語句。兩名被害人因此感到受辱及尊嚴受損。

嫌犯在明知和有意識的情況下在公眾地方自願向正在履行職務的

9 - Entendemos que a sentença recorrida não padece de vício de erro notório na apreciação de prova pela violação do disposto no artigo 114.º do Código de Processo Penal de Macau.

Nestes termos, e nos demais de direito deve julgar o recurso improcedente.

Assim se fazendo a habitual justiça!

公務人員使用侮辱性語言，對其人格和尊嚴造成損害。

嫌犯清楚知道其行為是法律所不容許，會受到法律之相應制裁。

*

另外，本法庭亦查明以下事實：

根據刑事紀錄證明，嫌犯無刑事紀錄。

嫌犯聲稱具初中畢業學歷，藥房店主，每月收入約 6,000 至 7,000 澳門元，需供養妻子。

*

未經查明之事實：沒有。

三、法律方面

除了須依職權審理的問題，上訴法院只解決上訴人具體提出的並且由其上訴理由闡述結論所界定的問題，而毋須分析上訴人在提出這些問題時所主張的每項理由，並且結論中未包含的問題轉為確定。³

*

本上訴涉及的問題：

- 審查證據方面明顯有錯誤
- 一般經驗法則
- 無罪推定原則/存疑從無原則

*

³ 參見中級法院第 18/2001 號上訴案 2001 年 5 月 3 日合議庭裁判、中級法院第 103/2003 號上訴案 2003 年 6 月 5 日合議庭裁判。

上訴人認為，原審法院錯誤地認為證人 D、H、E、F 及 G 在庭上作出虛假聲明而不予採信，並過度評價採信了警員證人的證言，在審查證據方面明顯有錯誤，違反了《刑法典》第 114 條並結合一般經驗法則（*regras da experiência comum*）及無罪推定原則（*o princípio da presunção de inocência*）之規定。

*

終審法院於 2001 年 3 月 16 日在第 16/2000 號刑事上訴案的合議庭裁判中指出：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

簡言之，審查證據方面明顯有錯誤，是指法院在審查證據並認定事實時，明顯有違經驗法則和常理，或明顯違反法定證據價值法則，或違反職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。

根據《刑事訴訟法典》第 114 條規定，除非法律另有規定，法官根據自由心證原則，按一般經驗法則和常理來評價各種被審查和調查證據之證明力，以及認定獲證或不獲證明的事實。上訴人不能以其個人對證據之評價強加於審判法院，更不能要求審判法院必須作出與其個人價值判斷相一致的心證。

一般經驗法則為基於日常生活經驗而來的，一種客觀普遍之定則，

可為大多數人接受，且絕非主觀或狹隘之個人判斷。

無罪推定原則，作為居民的基本權利，在澳門規定於《澳門特別行政區基本法》第 29 條，按照該條文規定，在有罪裁判轉為確定之前，所有人均應假定無罪。無罪推定原則，作為刑事訴訟的基本原則，在澳門《刑事訴訟法典》第 49 條第 2 款的規定中得以體現：“二、應在不抵觸各種辯護保障下儘早審判嫌犯，在有罪判決確定前推定嫌犯無罪”。由無罪推定原則衍生出證據方面的存疑從無原則。

疑罪從無原則，是指法院在認定事實的審查證據過程中，對所審查的證據所需要證明的事實的真偽存有合理懷疑，在這種情況下，法院就應該以對嫌犯最有利為依歸，作出有利於嫌犯的事實的決定。⁴

僅僅有不同甚至是矛盾的版本是不足以構成這種合理懷疑並因此帶來無罪判決，而是有必要在法官（而不是上訴人）形成心證前就對作出決定的事實前提抱有懷疑，並正如之前所述，這種懷疑是“合理”及“無法補救”的。⁵

並不是任何對上訴人有利的證據（包括上訴人始終堅持否認控罪）均可構成合理懷疑並因此帶來無罪判決，有關的懷疑必須是法官的，而非上訴人的，是在法官形成心證之前就對相關證據欲證明的事實是否屬實存有的懷疑，這種懷疑必須是合理及無法彌補的。

*

根據原審法院所審查的證據，對於案發時兩名市政署人員有否向上

⁴ 參見中級法院第 368/2014 號案件合議庭裁判。

⁵ 參見中級法院第 592/2017 號案件合議庭裁判。

訴人出示工作證表明執法身份、上訴人有否向兩名市政署人員說出侮辱性語句，相關證人於審判聽證中作出了相對矛盾的聲明及證言：

市政署人員 B、C 均表示，案發時有向上訴人口頭表明其等是市政署人員，並展示了工作證，但上訴人不願出示身份證明文件及多次向其二人說出控訴書中的侮辱性語句；

上訴人在審判聽證中否認作出被指控的行為，表示當時對方沒有配戴工作證及沒有穿著工作服，因對二人身份有懷疑而不願出示證件。

證人 D（上訴人的兒子）表示，事發時兩名市政署人員沒有出示工作證，而是在警員到場後才從袋中拿出證件給警員看，此之前一直沒有配戴在身上，並表示沒有聽到其父親說出控訴書中的語句。

證人 H（上訴人的朋友）表示，事發時兩名市政署人員沒有出示工作證，而是在警員到場後才從袋中拿出證件給警員看。證人沒有提及上訴人是否向兩名市政署人員說出侮辱性言語。

證人 E（上訴人的侄子）表示，沒有看到首兩名證人有配戴工作證，也沒看到他們穿工作服，亦沒有聽到嫌犯說出任何髒話。

證人 F 及 G（分別為鄰居兩個鋪位的人員）表示，沒有看到兩名市政署人員配戴工作證，亦未聽到上訴人說任何髒話或忘記了上訴人的談話內容；可見，該兩名證人並無親歷事件的全部經過，其等均是在聽到或看到爭吵之後才來到現場圍觀的，證人 F 更表示是聽到爭吵聲故到臨鋪來湊熱鬧。

警員證人 J 作證表示，接到市政署人員報案，其到達現場時發現兩名市政署人員已配戴工作證，亦有向其本人出示，並沒有看到他們是從

袋中拿出來。此外，上訴人當時也不願向其本人出示身份證明文件。

針對錯綜而矛盾的證言及聲明，原審法院於被上訴判決中分析指出：

本法庭根據上述聲明、證言及綜合分析載於卷宗內的其他書證形成心證而對事實作出認定。本法庭認為，雖然嫌犯否認指控，但考慮到兩名市政署證人在庭上所述的聲明與彼等先前在治安警察局所作聲明基本一致，且未有資料或證據顯示兩名證人與嫌犯在本次事件發生前已存有私怨，考慮到一般市民面對執法人員的檢控，繼而引致市民不滿的情況時有發生，法庭也相信絕大部份的市民也不會滿意及認同自己被檢控的事實，因而引致部份市民對執法人員作出不適當的語言攻擊亦合乎生活經驗，基於此，法庭認為兩名證人所述的版本客觀可信，兩人均清晰講述案發經過及嫌犯在什麼情況下向彼等說出控訴書內的相關語句，以及案發時的環境及情況，和要求警員到場支援等情節。

相反，儘管案中有多名證人均異口同聲表示兩名市政署的人員沒有配戴工作證及沒有穿工作服，甚至乎證人 G 在檢察院未完成關於兩名市政署人員有沒有配戴工作證的提問時，即檢察院只是在問「有沒有...」而未提及工作證時，證人已搶先回答「沒有」，反映出多名證人在其意識上已清楚明白自己在庭上作答的方向與答案，並不取決於檢察院的提問，法庭認為存在「串供」的可能，故此，法庭認為多名證人的聲明內容並不可信。

而且，證人 D 及 H 所陳述的事實是與警員證人 J 所陳述的事實完全相反，兩人均表示兩名市政署的人員是在警員到場後才從袋中拿出工作

證向警員出示，而並非一直配戴，對此，警員證人 J 不論在庭上的陳述內容，抑或是卷宗第 56 頁的偵查報告內容均存在一致性，再者，真實的事實版本亦只會存在一個，綜合整個事件的分析及案中各人的聲明，法庭認為具強烈跡象顯示證人 D 及 H 經宣誓後在法庭上作出虛假的聲明，且在經告誡可撤回有關聲明後仍堅決維持，涉嫌觸犯《刑法典》第 324 條第 1 款及第 3 款的規定。

而對於另外三人，分別是證人 E，證人 F 及證人 G，法庭不能排除彼等在審判聽證中作虛假證言的可能，但相關程度沒有證人 D 及 H 的嚴重，該三名證人是有意作虛假聲明還是其他原因，法庭認為交由檢察院作偵查較為適合，故認為有充分跡象顯示三人在庭上作虛假的聲明，且在經告誡可撤回有關聲明後仍堅決維持，涉嫌觸犯《刑法典》第 324 條第 1 款及第 3 款的規定。

綜上所述，在沒有其他強烈的相反證據的情況下，經綜合卷宗內的證據、警員及證人的證言，按經驗法則，足以認定控訴書上所述嫌犯向兩名被害人說出粗言穢語及其餘的事實。

本院認為，原審法院全面、客觀、批判地對卷宗中的證據作出分析，比較了上訴人、兩名市政署被害人以及各證人的證言，分析了其間存在的相同與分歧之處，指出了認定證言可信或聲明內容不可信的理據，並依照邏輯和經驗法則，對相關事實作出認定，最終裁定上訴人實施了被指控的犯罪行為。在被上訴判決中，未見已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，亦未發現從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受之結論，同時，也不存在任何違反常理和限定證據價值之規

則、違反疑罪從無原則的情形。原審法院在審查證據方面並不存在上訴人指稱的瑕疵。

上訴人質疑原審法院未採信上訴人的聲明以及 D 等五名證人的證言，而是單純採信兩名市政署人員及警員證人的聲明內容。事實上，上訴人是按照自己的思維和價值判斷對卷宗證據進行分析判斷並認定相關事實，換言之，上訴人是透過指責原審法院對證據審查有錯誤，來表達其對原審法院所認定之事實的不同意見，試圖質疑法官的自由心證。

然而，法院以客觀的、合乎邏輯及符合常理的方式審查分析證據，在此基礎上所形成的心證是不應被質疑的。

藉此，本院裁定上訴人的上訴理由不成立，維持原審判決。

四、決定

綜上所述，本院裁定上訴人 A 的上訴理由不成立，維持原審判決。

*

判處上訴人繳付六個計算單位之司法費及各項訴訟負擔。

著令通知。

—*—

澳門，2023 年 9 月 14 日

周艷平
(裁判書製作人)

蔡武彬
(第一助審法官)

陳廣勝
(第二助審法官)